

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Uma no cravo, outra na ferradura

O aceno de Hugo Motta aos bolsonaristas indica que ele caminhará num zigue-zague quando for presidente, com algumas atitudes de atendimento à ala mais à direita e, outras, mais à esquerda. Internamente, há quem diga que é melhor ceder nesse ponto do que deixar para ceder em outras mais polêmicas e arriscadas, como o que tenta dar ao Congresso poder de mudar decisões da mais alta corte do país.

Contagem regressiva

A mudança na área de comunicação do governo não vai demorar, avisam aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Parlamento. A ideia é colocar Sidônio Palmeira, o marqueteiro da campanha petista em 2022, no comando. Nesse caso, há um desenho que desloca Paulo Pimenta para a Secretaria-Geral da Presidência, no lugar do ministro Márcio Macedo. Ocorre que Macedo está sem mandato e é preciso acertar a vida dele. A conversa de Lula com Sidônio será nos próximos dias.

Onde mora o perigo

A política viu muita gente tropeçar por excesso de propaganda. Há quem aconselhe Lula a dosar mais o que vier de Sidônio com o que vier das áreas mais técnicas. A mistura de isenção de imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil com pacote de corte de gastos, por exemplo, embolou, e o governo foi obrigado a ficar se explicando.

Por falar em comunicação governamental...

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) ironizou a comunicação do governo quando perguntado se haverá um ato para o momento em que Lula sancionar a reforma tributária. "Espero que sim. A comunicação do governo não pode ser tão ruim, né?", disse, com ar de deboche.

As promessas de Hugo Motta à bancada de Minas

Em jantar com os deputados da bancada de Minas Gerais, esta semana, o líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), prometeu destravar pelo menos uma das propostas que mexe com as prerrogativas do Supremo Tribunal Federal. A ideia é colocar para tramitar o texto que limita os temas sobre os quais os ministros do STF podem tomar decisões monocráticas. O assunto foi mencionado pela ala bolsonarista, que cobrou de viva voz a formação das comissões para avaliar propostas de emendas constitucionais. "Ele deu a entender que vai colocar em isso pauta", comentou o deputado Zé Vitor (PL-MG), que participou do encontro.



É pegar ou largar

Nas negociações do projeto do pacote de cortes de gastos, que incluía o Fundo Constitucional do Distrito Federal, os líderes jogaram da seguinte forma: o governo aceitava as mudanças propostas pelos parlamentares ou não aprovava nada. Sem muito tempo para negociar, e precisando de alguma sinalização aos investidores, o Poder Executivo não teve muito o que fazer. Está correndo contra o tempo.

CURTIDAS

A volta de Lula/ Da mesma forma que o mercado mandou recados a Lula, o presidente mandará mensagens diretas aos agentes financeiros da Faria Lima, na reunião ministerial dos próximos dias. O presidente não engoliu o dólar acima de R\$ 6. E partirá para cima.

Barrados/ Um grupo expressivo de integrantes dos bombeiros e da Polícia Civil do Distrito Federal foi até o Congresso tentar acompanhar, de perto, a votação do pacote de gastos — leia-se o Fundo Constitucional do DF, fundamental para o pagamento dos salários dessas categorias. Só conseguiram colocar uns poucos no plenário.

O dólar é "o cara"/ Os deputados brincavam no fundo do plenário que a oposição tem um novo líder: o dólar alto. Dez em cada 10 opositoristas que foram à tribuna da Câmara ou do Senado citavam a subida da moeda americana.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Casamento x trabalho/ O deputado Luiz Ovando (PP-MS, foto) completou, ontem, 48 anos de casado. Entretanto, passou o dia em plenário votando projetos. As comemorações com d. Clotildes ficaram para o fim de semana. Raridade nesses tempos de Infoleg, quando muitos deputados votam projetos de forma virtual.

GOVERNO

Lewandowski desfaz norma do governo Bolsonaro que permitia à corporação participar de qualquer operação policial

PRF volta às funções originais

» JULIANA SOUSA*

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assinou ontem uma portaria que revoga a norma instituída do governo Bolsonaro que ampliava os poderes da **Polícia Rodoviária Federal**. Dessa forma, a PRF volta a ter atuação restrita à fiscalização das rodovias federais e só poderá participar de operações conjuntas em casos excepcionais e mediante autorização do diretor-geral da corporação. A corporação terá 90 dias para se adequar à nova regulamentação e encerrar atividades fora de sua competência.

A portaria revogada por Lewandowski foi assinada, em

2021, pelo então ministro da Justiça André Mendonça — hoje integrante do Supremo Tribunal Federal (STF). Permitia à PRF exercer funções como lavar termos circunstanciados e participar de investigações criminais, atribuições exclusivas da Polícia Federal (PF) e das polícias civis, conforme a Constituição. Essa medida era uma continuidade de alterações iniciadas, em 2019, pelo seu antecessor na pasta, o hoje senador Sergio Moro (União-PR).

Ao determinar que a participação de agentes da PRF em operações conjuntas com outras forças de segurança só poderá ocorrer mediante autorização prévia, a portaria de Lewandowski estabelece que, para

Reprodução/Video/Rede Sociais



Agentes da PRF jogaram Genivaldo na viatura e o sufocaram. Foram condenados por homicídio qualificado

Utilização política

Além das ações violentas, a Polícia Rodoviária Federal foi usada politicamente no segundo turno das eleições de 2022. Realizou várias blitzes em rodovias, principalmente no Nordeste, reduto eleitoral do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo era dificultar o transporte de eleitores numa região que apoiava majoritariamente o então candidato petista. Silvinei Vasques, que ocupava o cargo de diretor-geral da PRF à época, foi apontado como um dos responsáveis por essas ações, que só foram suspensas quando o ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ameaçou prendê-lo após convocá-lo a se explicar.

isso, será necessário justificar a necessidade, a conveniência da ação, além de apresentar um detalhamento dos recursos operacionais e financeiros envolvidos. Assim, a autorização só será concedida se a operação não comprometer as atividades regulares da PRF — fiscalização de trânsito, prevenção de acidentes e combate a crimes nas rodovias federais, suas principais atribuições.

No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o PRF chamou a atenção por episódios marcados pela arbitrariedade. Tal como a operação em Varginha (MG), em 2021, que culminou na morte de 26 pessoas. Outro foi o envolvimento em uma ação no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, cujo saldo foi de 23 mortos — a participação dos agentes rodoviários foi justificada pelo suposto envolvimento com o roubo de carga da quadrilha local de traficantes.

Outro episódio que chamou a atenção foi o assassinato, em 25 de março de 2022, de Genivaldo de Jesus Santos — diagnosticado com esquizofrenia e que foi torturado por agentes da PRF em Umbaúba (SE). Ele foi parado pelos agentes por pilotar uma moto com documentos irregulares e sem capacete.

Ao ficar nervoso com a abordagem, Genivaldo começou a ser espancado até ser levado para a viatura. Lá dentro, os policiais atiraram uma bomba de gás e o impediram de sair — morreu sufocado por ter inalado a substância. Os agentes Paulo Rodolpho Lima Nascimento, William de Barros Noia e Kleber Nascimento Freitas foram condenados por homicídio triplamente qualificado.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Planos atacam fogo no Pantanal e na Caatinga

» VICTOR CORREIA

O governo federal aprovou, ontem, a criação dos Planos para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas para o Pantanal (PPPantanal) e para a Caatinga (PPCaatinga), que serão implementados em 2025. As iniciativas se somam aos da Amazônia (PPCDAm) e do Cerrado (PPCerrado). Os próximos são o do Pampa e o da Mata Atlântica, com

lançamento previsto para fevereiro. O lançamento foi na reunião da Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (CIM), que reúne 19 pastas. A criação do PPPantanal e do PPCaatinga começou em abril e cada plano é composto por 13 objetivos estratégicos — que inclui fortalecer a cooperação federativa, regulamentar a supressão de vegetação, estruturar fundos

para a preservação e reconhecer territórios dos povos originários.

O governo também apresentou dados do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), de agosto a novembro de 2024, que apontam redução de 77,2% na área derubada do Pantanal, de 57,2% no Cerrado e de 2% na Amazônia, em comparação com o mesmo período de 2023.

Sobre o Pantanal e o Cerrado,

o secretário extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente, André Lima, explicou que a dificuldade do governo federal é que a maior parte do desmatamento nesses biomas ocorre em terras privadas, fiscalizadas pelas autoridades municipais e estaduais. Ele atribuiu a redução alcançada, em 2024, a iniciativas que envolveram os demais

entes federados — como o pacto cerrado feito com os governos de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia — e o acordo feito pela proteção do pantanal com o governo do Mato Grosso do Sul, que levou à criação de uma lei estadual restringindo o desmatamento em áreas sensíveis.

Questionado sobre as ações do governo federal para o combate às queimadas previstas para o próximo ano, já que 2024 registrou um

recorde em focos de incêndio, André Lima afirmou que a preparação para evitar que o cenário se repita será realizada até fevereiro. Segundo o Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), houve um aumento nos focos de incêndio de 42,7% na Amazônia, 64,2% no Cerrado e de 139% no Pantanal nos 11 primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2023.